

GERAL ▼ RESERVA DUQUE DE CAXIAS

<sup>190</sup>  

# Justiça cobra pela desapropriação

JOSÉ BOITEUX

A procuradora da República em Santa Catarina, Ana Lúcia Hartmann, vai ingressar com uma ação civil pública contra o Estado e a União até o dia 5 de maio pedindo o cumprimento do Protocolo de Intenções assinado no final de 1991 que prevê ressarcimento pela desapropriação das terras da Reserva Duque de Caxias.

Ontem, durante reunião entre os índios da tribo Xokleng que estão acampados na Barragem Norte desde fevereiro, o prefeito de Blumenau, Décio Lima, se encarregou de providenciar a base de apoio para que 50 índios permaneçam acampados no Palácio Santa Catarina até que sejam começadas as obras prometidas na reserva.

O encontro contou com a presença de representantes da Funai de Curitiba, dos prefeitos de José Boiteux, Pedro Gonçalves, de Vitor Meireles, Aldo Schneider, professores da Furb e estudiosos da questão indígena. Ficou decidido que hoje mesmo será iniciado um levantamento fotográfico da reserva, assim como um levantamento histórico para ser divulgado durante a mobilização que será feita em Florianópolis. Décio Lima pediu uma semana de prazo para organizar o apoio logístico para que os índios possam permanecer no Palácio Santa Catarina como forma de pressão.

As lideranças indígenas lembraram que estão sem condições de sobrevivência, já que as terras que antes produziam agora inundam no período das cheias e que alguns índios morreram afogados ao se deslocarem

para a escola. A procuradora Ana Lúcia disse que o Protocolo de Intenções assinado em 1991 e um convênio assinado em 1992, prevêem a construção de 188 casas, escola e duas pontes pênseis. Ela afirmou que está prevista também a implementação de um programa de auto-sustentação da comunidade indígena, o Programa Ibirama, que no ano passado deixou de ser incluído no orçamento.

Marcos Venitios de Almeida, especialista em elaboração, gerência e avaliação de projetos públicos da Funai, disse que deve ser dada uma indenização compensatória equivalente ao valor da produção agrícola das terras inundadas, pelo tempo de duração da barragem, ou mais ou menos 50 anos. O repasse deve ser anual, e os recursos poderiam ser oriundos da participação do ICMS, proporcionalmente, dos 45 municípios beneficiados pela barragem.

Decididos a permanecerem na barragem, os índios lembraram que o governo do Estado assumiu o compromisso de construir as pontes e abrir uma estrada na reserva neste mês de abril.

Décio Lima disse que esta é uma novela de mais de 20 anos, que chegou a hora de terminar. Ele doou sacolões à comunidade indígena e determinou à sua assessoria um levantamento fotográfico para mostrar a realidade da reserva. Villi Ndilli, cacique da sede da reserva, disse no final da reunião que o encontro foi um avanço, observando que é na base das pressões jurídicas e políticas que o Brasil resolve seus problemas. E os índios farão o mesmo, garantiu. (Agência RBS)

OK